

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 26/2018
JULGAMENTO PELA TURMA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DA BSM SUPERVISÃO
DE MERCADOS
REALIZADO EM 22.7.2021

I - DATA, HORA e LOCAL: Julgamento realizado por videoconferência no dia 22 de julho de 2021, com início às 10h.

II – ORDEM DO DIA: Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Disciplinar nº 26/2018, distribuído, por sorteio, à Turma do Conselho de Supervisão, composta pelo Conselheiro João Vicente Soutello Camarota (Relator) e pelos Conselheiros Rodrigo de Almeida Veiga e Marcus de Freitas Henriques.

III – PRESENÇAS: Conselheiro-Relator João Vicente Soutello Camarota e Conselheiros Rodrigo de Almeida Veiga e Marcus de Freitas Henriques. André Eduardo Demarco, Diretor de Autorregulação da BSM. Glauber Facão Acquati, Superintendente Jurídico da BSM. Henrique Fratta Lobo, Gerente Jurídico da BSM. Daniel Homem da Costa Pessanha, Advogado da BSM. Leonardo Anthero Auriema, Assessor Jurídico do Conselho de Supervisão. Angelica Torato Rabetti, Secretária Executiva da BSM. Ausente o defendente Israel Silva da Rosa ("Defendente"), apesar de devidamente intimado.

IV – RELATOR: Conselheiro João Vicente Soutello Camarota.

V – SESSÃO DE JULGAMENTO: Aberta a sessão de julgamento, a qual havia sido prévia e regularmente comunicada ao Defendente, o Relator informou os procedimentos a serem adotados na presente sessão de julgamento. Foi dispensada a leitura do relatório, que havia sido oportunamente enviado aos demais membros da Turma e ao Defendente, nos termos do artigo 15 do Regulamento Processual da BSM.

Processo Administrativo Ordinário nº 26/2018
Ata da Sessão de Julgamento pela Turma do Conselho de Supervisão da BSM – Fls. 2 de 4

Rodrigo de Almeida Veiga indagou sobre a intenção do Defendente, como assessor de investimento, em oferecer a estrutura proposta aos clientes, questionando se, em alguma hipótese, haveria cenário de lucro aos clientes. O Conselheiro-Relator informou que o presente processo foi originado de 3 processos no Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízo da BSM ("MRP"), e que os 3 deram ganho de causa aos investidores, considerando a premissa de que, em qualquer cenário, os investidores teriam prejuízo, seja no vencimento das operações, com o exercício ou não das opções, ou, ao menos, com o custo da montagem e estruturação da operação, mas que, caso houvesse algum cenário em que os clientes poderiam obter lucro, isso poderia influenciar no julgamento do presente processo. Em resposta ao questionamento apresentado pelos julgadores, André Eduardo Demarco fez um breve resumo da operação, informando que, da forma que a operação foi estruturada e executada (execução parcial no dia 3.3.2016 e o restante no dia 4.3.2016, após alta do Ibovespa), o prêmio estabelecido não compensaria o *strike* na alta, e que, mesmo que os investidores pudessem ter saído da operação antes de seu vencimento, a operação não geraria lucro em função dos custos de sua montagem, e que o Defendente não só contribuiu para isso, como levou os investidores ao erro com a falta de detalhamento sobre a operação proposta. Informou, também, que no processo havia provas de questionamentos dos clientes sobre a operação e sobre o prejuízo até aquele momento, ocasião em que os clientes foram induzidos a continuar na operação até a liquidação, tendo sido sugerido, inclusive, que haveria um erro da Corretora [REDACTED] e que esse erro seria a causa do prejuízo, porém que seria solucionado pela Corretora. O Conselheiro-Relator indagou se, no âmbito dos 3 MRPs, foi atribuída alguma infração à Corretora. Henrique Fratta Lobo, Gerente Jurídico, informou, em síntese, que os processos de MRP consideraram a falta de diligência e fiscalização por parte da Corretora, uma vez que, à época dos fatos, o Defendente era sócio de um escritório de Agente Autônomo de Investimentos

Processo Administrativo Ordinário nº 26/2018
Ata da Sessão de Julgamento pela Turma do Conselho de Supervisão da BSM – Fls. 3 de 4

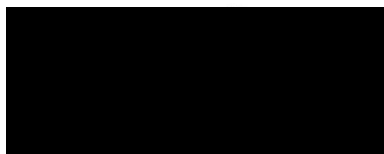
vinculado à Corretora. Marcus de Freitas Henriques questionou se havia a possibilidade de o Defendente ter estruturado a operação propositalmente para gerar prejuízo aos investidores, ou se teria sido a negligência e falta de diligência do Defendente que ocasionou a “estratégia perdedora”. O Diretor de Autorregulação destacou que, uma vez constatado o prejuízo pelo cliente, o Defendente tentou esconder essa “estratégia”, sugerindo ser um erro da Corretora. O Conselheiro Rodrigo observou que as operações realizadas em 4.3.2016 foram operações casadas executadas em horários similares, ou seja, indicando que, uma vez que as operações em 3.3.2016 apresentaram um resultado negativo (assumindo um risco de mercado de um dia para o outro), o Defendente operou para tentar limitar o prejuízo no dia seguinte e cumprir a ordem dos clientes, conforme ressaltado pelo Conselheiro-Relator. Em continuidade, os Conselheiros, sem a presença dos demais, consideraram e discutiram os fatos. Encerrados os debates, na presença de todos, o Relator informou, de forma resumida, que seu voto considerou que houve infração por parte do Acusado ao dever de diligência perante os investidores, conforme exigido pela atividade de Agente Autônomo de Investimento, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM nº 497/2011 (vigente à época dos fatos), refletido não só na estrutura da operação montada e oferecida aos clientes, mas também em sua execução e nas tratativas mantidas pós-operação, faltando com transparência frente aos investidores. Por esse conjunto, o Conselheiro Relator votou pela aplicação da pena de multa ao Defendente no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), considerando, por um lado, a gravidade da infração, mas por outro que o Defendente é pessoa natural e sem condenações prévias transitadas em julgado. Em seguida, os Conselheiros Rodrigo de Almeida Veiga e Marcus de Freitas Henriques acompanharam o voto do Relator, tendo a Turma, portanto, decidido, por unanimidade, pela aplicação da pena de multa no valor de R\$ R\$ 150.000,00 (cento

Processo Administrativo Ordinário nº 26/2018
Ata da Sessão de Julgamento pela Turma do Conselho de Supervisão da BSM – **Fls. 4 de 4**

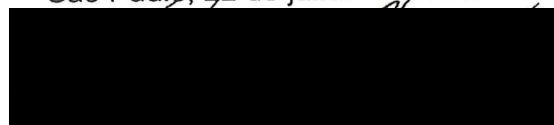
e cinquenta mil reais) ao Acusado, por infração ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM nº 497/2011 (vigente à época dos fatos).

VI – ENCERRAMENTO, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada pelos Conselheiros membros da Turma.

São Paulo, 22 de julho de 2021.



João Vicente Soutello Camarota
Conselheiro-Relator



Rodrigo de Almeida Veiga
Conselheiro



Marcus de Freitas Henriques
Conselheiro